

(c) Provisões liminar excludente de responsabilidade: Conforme determinado a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deviam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou como processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizado em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade do grupo pelos fatos que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: i. Embargo legal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; ii. Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo. A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPW - Índice Geral de Preços do Mercado. Composição:									
		31/12/2021	31/12/2020						
Circulante									
Provisão liminar excludente de responsabilidade		4.145	3.331						
		4.145	3.331						
Composição da movimentação (a), (b) e (c):									
	Saldo Inicial	Provisão / Atualização (Reversão)	Atualização Financeira	Paga-mento	Transfe-rência	Saldo final			
Circulante									
Liminar excludente de responsabilidade		3.331		814		4.145			
Provisão de ressarcimento		3.157	2.556		(2.312)	3.401			
Provisão de ressarcimento									
Despesa nº 2.303/2019		13.636		1.572		3.134	18.342		
		20.124	2.556	2.386		822	25.888		
Não circulante									
Provisão de ressarcimento		2.557	4.059		(822)	5.794			
Provisão de desmobilização		1.129	60	122		1.311			
		3.686	4.119	122		822	7.105		
31 de dezembro de 2021		23.810	6.675	2.508		32.993			
Circulante									
Liminar excludente de responsabilidade		2.718		613		3.331			
Provisão de ressarcimento		13.406	2.250	(252)	(12.247)	13.636			
Provisão de ressarcimento				432		13.204	13.572		
Despesa nº 2.303/2019		16.124	2.250	1.045	(252)	957	20.124		
Não circulante									
Provisão de ressarcimento		846	2.068		(957)	2.557			
Provisão de desmobilização		1.034	115	110		1.129			
		1.890	2.653	110		3.686			
31 de dezembro de 2020 -									
Reapresentado (Nota 2.1.1)		18.004	4.903	1.155	(252)	23.810			
(d) Causas judiciais: A Companhia possui questões cíveis, tributárias e regulatórias em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível, o que não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras, abaixo o quadro com os valores envolvidos:									
		31/12/2021	31/12/2020						
Cíveis			3.110			2.809			
Regulatório			16			2.809			
		3.166							

18. Patrimônio líquido: subscrito era de R\$ 73.42, correspondente a 71.702, quantia de R\$ 1.726, contra Assembleia geral extraordinária de R\$ 68.702 dividido por 100 milhões de ações.	
Acionistas Chapada do Piauí II Holding	
b) Prejuízo básico e diluído: mediante a divisão do lucro ponderada após ações ordinárias compradas pela Companhia	
Prejuízo atribuído aos acionistas ordinários após o efeito de diluição	
19. Receita líquida e custo de venda para a venda: a contraprestação recebida das atividades da Companhia, menos os ressarcimentos e custos	
A receita é reconhecida na identificação dos direitos e do desempenho presente (re) (iv) a alocação do preço de (v) o cumprimento das obrigações é médio através da venda acordo com a geração de de receita relativa a tel gerados e fornecidos, e a Companhia está baseada em com distribuidoras de energia à energia despachada no período e quadrário co brutas e a receita líquida de	
Provisão de ressarcimento	
Receita gerada (-) Encargos sobre concessões (-) Impostos sobre vendas	
Receita líquida	
20. Encargos de uso do para a venda e custo de venda para a venda:	
Encargos de transmissão	
Energia elétrica comprada	

Ass Administradores e Acionistas Ventos de Santa Augustu IV Energia Renováveis SA	
Opinão: Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Augustu IV Energia Renováveis SA, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as informações e notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Augustu IV Energia Renováveis SA, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o propósito de referência.	
Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".	
Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente	

e apropriada para fundamentar a governança pelos acionistas, responsável pela elaboração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e determinou como necessária a auditoria independente de demonstrações financeiras da Companhia continuar operando a sua continuidade operacional financeira, a não ser que ocorram eventos do tipo rebaixamento de risco de crédito. Os responsáveis pela gestão supervisiona o processo de auditoria	
auditor pela auditoria das demonstrações financeiras	
razoável de que as demonstrações financeiras apresentadas contendo nossa opinião, garantia de que a auditoria	

BG Investimentos S/A
Ata da Assembleia Geral de Constituição Realizada 30.06.2020
Extrato para publicação – art. 130, § 3º da Lei nº 6.404/76. Data: 30.06.2020, às 10,00 horas; Local: Rua Dr. Paulo Ferraz da Costa Aguiar, 1.600, bloco G, apt.º 142, Osasco/SP; Subscritores: Alexandre Said Bussab e Daniela Morroni de Almeida Bussab; Mesa Diretora: Presidente: Alexandre Said Bussab e Secretária: Daniela Morroni de Almeida Bussab; Deliberações: A Assembleia aprovou a constituição de uma sociedade anônima, cujo Estatuto Social estava assim redigido: Art. 1º Denominação: BG Investimentos S/A; Art. 2º Sede: Rua Dr. Paulo Ferraz da Costa Aguiar, 1.600, bloco G, apto. 142, Osasco/SP; Art. 3º A sociedade tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras empresas – holding de instituição não financeira - CNAE – 64.62-0/00; Art. 5º O capital social é de R\$ 3.973.768,00, representado por 3.973.768 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal; Art. 7º Diretoria composta de dois membros, designados Diretores, com mandato de três anos; Art. 10. Competência dos Diretores, em conjunto ou isoladamente, administrar todos os negócios sociais; Art. 15. A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social. Foram eleitos os seguintes Diretores: Alexandre Said Bussab e Daniela Morroni de Almeida Bussab que tomaram posse nos seus respectivos cargos. Os Diretores eleitos declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade. A Assembleia foi encerrada e assinada por todos os subscritores. Osasco, 30.06.2020. Alexandre Said Bussab – Presidente e Daniela Morroni de Almeida Bussab – Secretária. Subscritores: Alexandre Said Bussab e Daniela Morroni de Almeida Bussab. Registrada na JUCESP sob NIRE 35.300.553.497, em sessão de 29.07.2020.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A
CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Conselho de Administração da Prodram-SP/Sa convoca os acionistas da Empresa para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo art. 124, §2º, da Lei nº 6.404/76, no dia 27 de abril de 2022, às 10 horas, por meio da Plataforma TEAMS ("Plataforma Digital"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Leitura, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, constando do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal; 2) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes; 3) Outros assuntos de interesse da Empresa. Considerando os efeitos da pandemia de COVID-19 no Brasil e as medidas das autoridades sanitárias e governamentais para o enfrentamento da pandemia, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual o acionista deve enviar solicitação à Companhia para o e-mail mpmendes@prodram.sp.gov.br, com antecedência de até 02 (dois) dias antes da sua realização, devidamente acompanhada dos documentos que comprovem sua condição, para encaminhamento do link da Assembleia. São Paulo, 14 de abril de 2022. André Tomiatti de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
AVISO DE TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA O LICENCIAMENTO DE UMA "SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE GESTÃO - WEB", COM OS RESPECTIVOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO (CONTEMPLANDO: MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS), MANUTENÇÃO (PREVENTIVA, CORRETIVA E DE ORDEM LEGAL) SUPORTE TÉCNICO, QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTO CONTIDOS NO PRESENTE – TERMO DE REFERÊNCIA. A Secretaria Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Inovação, torna público aos interessados que há um termo de referência retificado disponível no site oficial do município: www.braganca.sp.gov.br – transparência - licitações, referente ao edital supra. Informamos ainda que a data de abertura do certame permanece inalterada, ou seja, ocorrerá dia 29 de abril de 2022 às 09:30 horas. Informações: (11) 4034.7066. Bragança Paulista, 18 de abril de 2022. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Inovação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 007/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE COBERTURAS DE DIVERSOS PRÓPRIOS PÚBLICOS. DATA: 30/MAIO/2022 ÀS 09:30 horas - O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http://braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 18 de abril de 2022. - MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe de Divisão de Licitações, Compras e Almoarifado

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO
Torno NULO e SEM EFEITO o aviso de abertura de licitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2022, cujo objeto tratava-se de AQUISIÇÃO DE BALIZADOR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, publicado no dia 11/04/2022 na Edição 1285 no Diário Oficial do Município, no dia 12/04/2022 no Diário do Estado, página 398, e no dia 12/04/2022 no Diário de Notícias, página 09, sendo portanto desconsiderada para todos os efeitos legais. Bragança Paulista, 19 de abril de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL - RETIFICADO
Edital nº 29 de 07 de junho de 2.021
Concorrência Pública nº 03/22
Objeto: Contratação de empresa especializada para canalização de trecho do Córrego do Piratininga e requalificação das margens – A data de abertura da sessão passa a ser: 25/05/2022 às 09:00 horas – O edital licitatório retificado e anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 53, 2º andar, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba – SP, no horário das 9:00 às 17:00 horas. Para maiores informações, está disponível o telefone (0xx11) 4642-1531.
Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização Itaquaquecetuba, 19 de abril de 2022.

Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o Capital social foi dividido e, 73.428.069 ações, estando a quantia de RS 71.702,07 e 73.428.069 ações, estando a quantia de RS 71.702,07. As ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas, e a quantia de 1.726.000 ações a serem integralizadas conforme o Artigo 2º da Ata de 17 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 a AGE de 71.702.069 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir.				(C) Custo de operação:			
31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020		31/12/2021		31/12/2020	
Quantidade de ações		Quantidade de ações		Quantidade de ações		Quantidade de ações	
RS		RS		RS		RS	
71.702.069		71.702		69.702.069		69.702	
71.702.069		71.702		69.702.069		69.702	
Parcela de mil ações: O preço básico por ação é calculado com base no preço médio das ações da Companhia, pela quantidade média disponível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias emitidas como ações em tesouraria.				21. Despesa geral e administrativa:			
Representado		Representado		Representado		Representado	
Nota 2.1.1		Nota 2.1.1		Nota 2.1.1		Nota 2.1.1	
31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
7.540		6.151		162		154	
70.036		69.702		15		18	
(0.11)		(0.08)		14		11	
Política contábil: A receita compreende o valor justo da energia elétrica gerada e a receita líquida dos impostos, dos abatimentos e do ajuste em conformidade com o regime de compensação de energia elétrica. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação da obrigação de pagamento; (ii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (iv) a identificação da obrigação de pagamento; (v) a determinação do preço para cada tipo de transação; (vi) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (vii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (viii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (ix) a determinação do preço para cada tipo de transação; (x) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xi) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xiii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xiv) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xv) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xvi) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xvii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xviii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xix) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xx) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxi) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxiii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxiv) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxv) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxvi) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxvii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxviii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxix) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxx) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxxi) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxxii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxxiii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxxiv) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxxv) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxxvi) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxxvii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xxxviii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xxxix) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xl) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xli) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xliiii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xliv) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlv) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlvi) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlvii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlviii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlvix) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xli) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determinação da quantidade de energia elétrica gerada e entregue ao cliente; (xlii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (xlii) a determin							